Democratizar o poder de decisão

27-Abr-2009

Um dos propÃ³sitos e resultados da ofensiva neoliberal e neoconservadora foi, e continua a ser, a restriÃ§Ã£o da Democracia. Eles sabem que sÃ³ assim podem realizar o seu objectivo de concentrar tanto Poder - polÃ-tico, econÃ³mico e social - nas suas mÃ£os quanto possÃ-vel. Para alÃ©m da diminuiÃ§Ã£o do Ã¢mbito de aplicaÃ§Ã£o do princÃ-pio democrÃ¡tico, nas empresas, nas escolas e universidades, temos assistido Ã crescente captura dos partidos ditos de governo pelo Poder sÃ³cio-econÃ³mico.

Contributo de Pedro Viana, Professor UniversitÃ¡rio

Tal tem resultado na aplicaÃ§Ã£o sistemÃ¡tica de medidas que sÃ£o prejudiciais ao nosso bem-estar colectivo, e que seriam rejeitadas se alguma vez fossem postas Ã discussÃ£o pÃºblica. Mesmo que tais medidas constem do programaÂ eleitoral dum partido no governo, o que frequentemente nÃ£o acontece, a sua legitimidade democrÃ¡tica Ã© dÃºbia, pois nunca foram alvo particular de decisÃ£o colectiva. Abundam exemplos de matÃ©rias onde hÃ¡ uma clara discrepÃ¢ncia entre o que uma grande maioria dos cidadÃ£os desejaria, em Portugal e na Europa, por exemplo a restriÃ§Ã£o dos movimentos financeiros especulativos ou a proibiÃ§Ã£o do cultivo e importaÃ§Ã£o de organismos geneticamente modificados, e o que tem sido implementado. A mesma situaÃ§Ã£o ocorre a nÃ-vel regional e local. O resultado Ã© uma descrenÃ§a crescente na democraticidade do sistema polÃ-tico, e, ainda mais grave, na necessidade de Democracia para construir um futuro melhor.

Ã‰ assim urgente re-distribuir o Poder! O poder de decidir sobre o que nos afecta directamente. O Bloco de Esquerda tem sido atÃ© agora o Ãºnico partido que tem mostrado interesse um promover uma das ferramentas de decisÃ£o colectiva: o orÃ§amento participativo. Ã‰ uma ferramenta importante, mas nÃ£o Ã© suficiente, principalmente se as escolhas dos participantes nÃ£o forem vinculativas. Proponho ir mais alÃ©m. Sugiro que o Bloco de Esquerda proponha a utilizaÃ§Ã£o de jÃºris ou painÃ©is de cidadÃ£os, escolhidos aleatoriamente e preferencialmente com poder de decisÃ£o final, para decidir sobre matÃ©rias com impacto local ou nacional. Uma possibilidade Ã©, numa primeira fase, associar jÃºris de cidadÃ£os a todas as consultas pÃºblicas obrigatÃ³rias. Os jÃºris seriam responsÃ¡veis pela elaboraÃ§Ã£o dum relatÃ³rio final que resumisse todas as contribuiÃ§Ãµes do pÃºblico, e que faria recomendaÃ§Ãµes quanto ao assunto em discussÃ£o, com base quer nessas contribuiÃ§Ãµes quer na opiniÃ£o de especialistas que teria o poder de convocar. A defesa do bem-comum nÃ£o pode ser deixada exclusivamente nas mÃ£os de eleitos, facilmente manipulados pelo Poder sÃ³cio-econÃ³mico, ou especialistas, frequentemente formatados pelo paradigma dominante. Â

Poderia pensar-se que o referendo seria uma alternativa aos jÃºris de cidadÃ£os. Mas o seu uso Ã© espartilhado a nÃ-vel nacional pela necessidade de apoio parlamentar maioritÃ¡rio, e a nÃ-vel local pela limitaÃ§Ãµes impostas ao tipo de matÃ©rias passÃ-veis de serem referendadas. Em qualquer caso, a informaÃ§Ã£o que chega aos cidadÃ£os durante uma campanha referendÃ¡ria raramente Ã© esclarecedora, e frequentemente a amostra final de votantes carece de representatividade relativamente ao conjunto dos cidadÃ£os com poderÂ

de voto. Nenhum destes problemas afecta os jÃºris de cidadÃ£os, desde que escolhidos de modo representativo, e desde que possam colocar questÃµes aos defensores dos pontos de vista em confronto. JÃºris de cidadÃ£os tÃªm sido utilizados em paÃ-ses como o CanadÃ¡, Estados Unidos da America, Holanda, Alemanha ou o Reino Unido, bem como pela UniÃ£o Europeia sob a forma de painÃ©is europeus de cidadÃ£os.

Ã‰
urgente implementar mecanismos que nÃ£o sejam facilmente revogÃ¡veis quando o governo muda de orientaÃ§Ã£o ideolÃ³gica, e que se afirmem como obstÃ¡culos permanentes Ã concentraÃ§Ã£o do Poder nas mÃ£os de poucos em detrimento do bem-comum!Â

Pedro Viana, professor universitÃ¡rio, residente no Porto

{easycomments}